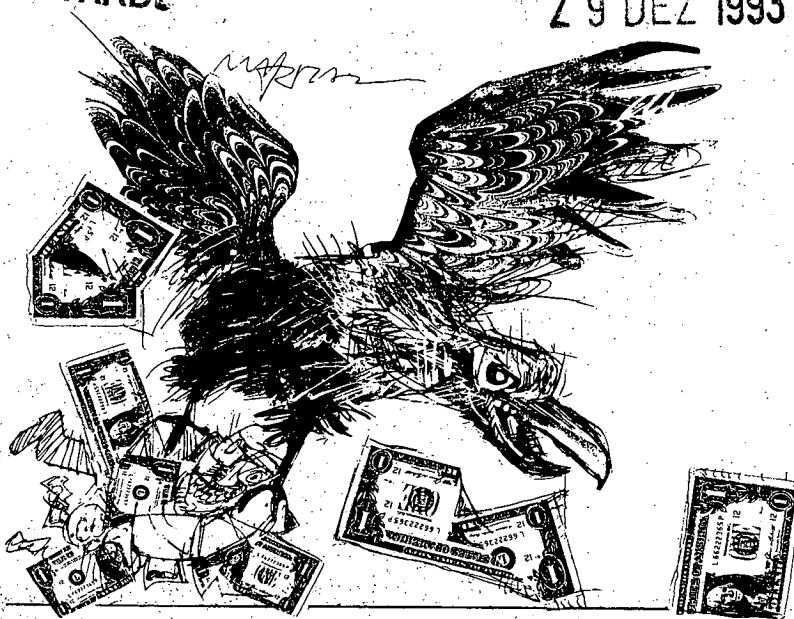


Tudo indica que o Brasil está mais otimista neste final de 1993. É bom que assim seja. De minha parte, acho que os sinais são bons no que se refere ao combate à corrupção, médios no tocante à revisão constitucional e ao plano econômico do ministro Fernando Henrique, e ainda muito incertos em relação ao restante do governo Itamar Franco e à eleição de 1994.

Na questão da corrupção, acho que há um avanço significativo, mas sei que não é esse o sentimento da maioria. Segundo pesquisa do Instituto Gallup — divulgada em 26/12 pelo **O Estado de S. Paulo** —, quase dois terços dos cidadãos acham que os parlamentares citados nas investigações da CPI não serão punidos, embora sejam culpados. Penso que esses números refletem uma descrença profundamente enraizada em nossa cultura política — e reforçada, naturalmente, pela impunidade que tradicionalmente beneficia os criminosos de colarinho branco. Refletem também uma suposição — comum até nas democracias mais exemplares — de que a corrupção é maior no Legislativo que no Executivo ou no Judiciário. O que sabemos com certeza é que o Legislativo é mais aberto à observação. Tudo o que ali se passa adquire enorme visibilidade, ao contrário dos desmandos que também ocorrem nos corredores dos ministérios ou entre as paredes de numerosas organizações privadas. A descrença captada na pesquisa do Gallup é mais frequente entre os entrevistados de baixo nível educacional e de renda, fato esse que sugere outra explicação, complementar às anteriores. Num país com tamanhas desigualdades de renda e riqueza, há uma tendência a considerar ilegítimo todo e qualquer patrimônio. Consciente ou inconscientemente, todas as diferenças de renda e riqueza são colocadas sob luz negativa — evidentemente sem que se enuncie um modelo alternativo de igualitarismo total, que seria delirantemente utópico. Ou seja, a descrença hoje existente no País tem muitas raízes, umas lógicas e justificadas, outras nem tanto.

Essa descrença de proporções amazônicas contrasta com uma série de fatos positivos. Só no mês de dezembro, tivemos a confirmação da inelegibilidade de deputados que aceitaram dinheiro para trocar de partidos e avanço nas investigações da CPI do Orçamento. Meditemos sobre o alcance de tudo isso. O **impeachment** e a inelegibilidade de Fernando Collor significam, nada mais e nada menos, que o Brasil decidiu conferir eficácia a dispositivos tidos como virtualmente inaplicáveis mesmo na tradição constitucional dos países mais desenvolvidos. Tome-se o caso daqueles três deputados que aceitaram certa soma em dinheiro para envergar a camisa do PSD. Com certeza houve outras ocasiões, no Brasil, em que parlamentares confundiram partido político com time de futebol profissional. Desta vez se deram mal. Podemos até dizer que caíram numa armadilha involuntariamente urdida pelos redatores da nova lei eleitoral. Como se recorda, a ascensão de Collor à Presidência, em 1989, foi inicialmente



O GRANDE TESTE PARA O CONGRESSO SERÁ O DESTINO DO DEPUTADO IBSEN PINHEIRO

patrocinada por um partido que se auto-intitulava "da juventude", e depois pelo não menos obscuro PRN — Partido da Renovação Nacional. Detentor da maioria absoluta dos votos populares, por obra e graça da aritmética dos dois turnos, Collor contava com cerca de 3% da Câmara Federal ao tomar posse. Essa impressionante vulnerabilidade do sistema político assustou, como não podia deixar de ser, os nossos congressistas, mas não os convenceu da necessidade de regulamentações mais enérgicas contra a proliferação de siglas. A saída que encontraram foi exigir que somente partidos com mais de 15 parlamentares tenham a prerrogativa de lançar candidatos a Presidência da República em 1994. Ora, quem não tem 15, caça com gato. Como Fernando Collor, os três gatos da história não entenderam que o País está mudando, e acabaram defenestrados.

No caso da CPI do Orça-

pel que desempenhou ao presidir os trabalhos da Câmara no processo do impeachment de Collor. Esse respeito e essa afeição agora descem sobre sua cabeça como o fio de uma lâmina. Se comprovar limpidamente que suas movimentações financeiras eram regulares, a CPI terá de ter a coragem de inocentá-lo. Se não comprovar, ela terá de recomendar a cassação, equiparando-o em definitivo aos chamados "anões do orçamento". Se não o fizer por deferência ao status político de Ibsen, a CPI porá a perder todo o esforço que o Legislativo fez até aqui para recuperar sua credibilidade e reverter a descrença que se apossou da opinião pública. Transformará o Congresso em atração turística, identificada nos guias como a maior pizzaria do Planalto Central. Esse impacto impressionante das investigações na carreira de um ex-presidente da Câmara mostra claramente que a impunidade começou a acabar no

VIVEMOS UM APARTHEID MONETÁRIO, COM UMA MOEDA BOA PARA OS RICOS E OUTRA IMPRESTÁVEL PARA OS POBRES.

mento, o grande teste para o Congresso será o destino do deputado Ibsen Pinheiro. Que haverá cassações, não cabe a menor dúvida. Mas atenção: existem dificuldades legítimas sobre as quais o deputado Roberto Magalhães, relator da CPI, terá de debruçar-se com cuidado. Não se trata de instaurar uma caça às bruxas, atropelando critérios e procedimentos legais. A dificuldade legítima, simbolizada por Ibsen Pinheiro, é que haverá envolvidos um pouco para cá ou um pouco para lá do limite. Ibsen conseguiu sair de uma situação totalmente suspeita para uma de dúvida. Isso transforma sua inclusão ou não entre os prováveis cassados numa decisão de profundo significado político. Além de suas eventuais qualidades como parlamentar, Ibsen credenciou-se ao respeito e até a certa afeição do público em função do pa-

Brasil. Estamos no limiar de uma época em que a lei passará a valer para todos.

Em relação ao plano econômico e à revisão constitucional, as dificuldades são de outra ordem. Atropelado pelo escândalo do Orçamento, o debate sobre a revisão ficou em segundo plano. Esse é o dilema: não podemos adiá-la, mas sem um debate profundo a sociedade brasileira talvez não se dê conta dos obstáculos que a Constituição vigente antepõe à reorganização econômica e política do País. No tocante à inflação, já nem se trata de debate. No ponto a que chegamos, muitos já se perguntam se teremos de passar por uma crise hiperinflacionária para que a sociedade finalmente se decida a imitar a África do Sul, liquidando de vez o **apartheid** monetário em que vivemos: essa situação em que existe uma boa moeda para os ricos e uma

imprestável para os pobres.

Atingido pelas revelações de um criminoso confesso, o Congresso se enfraqueceu, mas o enfraquecimento, num sistema que separa rigidamente os poderes, não necessariamente o torna mais responsável, nem resulta em maior autoridade para o Executivo. A harmonia entre os poderes determinada pela Constituição se transforma num empate por baixo: um equilíbrio entre duas fragilidades. Colocado a salvo de uma possível dissolução e da obrigação de renovar antecipadamente seus mandatos, os congressistas tendem a comportar-se com aquela irresponsabilidade que os caracteriza no sistema presidencialista — e que é ainda maior nos meses que precedem as eleições presidenciais. No tocante à revisão constitucional, o Congresso mostra-se ainda inseguro, desorganizado, abúlico. Não debate, não engrandece e pode vir a desperdiçar essa chance extraordinária. Nem mesmo a perseverante instigação de um parlamentar sério como Nelson Jobim conseguiu fazer com que a maioria se liberte da gagueira de que se acha acometida. Em relação à proposta de estabilização econômica apresentada pelo ministro da Fazenda, o risco é que o Congresso mostre a sua face de Mr. Hyde, exímio nas negações, no amorfismo malandramente protelatório, no veto disfarçado. Para evitar isso, Fernando Henrique terá de mostrar claramente à opinião pública, para que ela em movimento reverso o diga ao Congresso, que o País está sendo aleijado por uma inflação anual já próxima dos 4.000% e que as eleições do ano que vem e a própria democracia talvez não resistam a tudo isso.

Segundo Milan Kundera, o leve e o pesado formam a mais expressiva das antinomias. Para os que analisam o comportamento dos presidentes brasileiros, o contraste preocupante é entre os inapetentes e aqueles que demonstram apetite excessivo. Depois de Figueiredo e Sarney, tidos como inapetentes, e de Collor, com o defeito inverso, a alegada inapetência de Itamar Franco tem dado motivo a preocupações. Parece claro, a esta altura, que esse problema já não comporta solução propriamente institucional.

Instaurando-se um vácuo de liderança presidencial, como em 1989, e coincidindo esse vácuo com aguda aceleração inflacionária, o País poderá caminhar para uma polarização semelhante à de 1989, desta vez contrapondo Lula a Maluf, ou Lula a Quéricia. A polarização não é, porém, uma tendência inexorável. Apesar de toda a tensão reinante, a sociedade tem respondido favoravelmente à hipótese de candidaturas centristas, como a do ministro Antônio Brito ou a do próprio Fernando Henrique. Curioso, no caso de Fernando Henrique, é que se tenha difundido o hábito de condicionar a viabilidade econômica como se a presidência brasileira fosse habitualmente ocupada por gigantes.

O AUTOR

Bolívar
Lamounier
é cientista
político

